



Simulado Especial

CGM RJ

Contador
Pós-Edital

Simulado

Simulado CGM RJ - Contador

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso CGM RJ (Contador);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-CGM-RJ-Contador-11-02-23>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE

PORTUGUÊS*Fabrizio Dutra*

Daniel Blair tem 4 aninhos e achou que seu cachorrinho de apenas uma semana de vida estava muito sujo. O melhor jeito encontrado para um banho rápido foi atirar o animal na água do vaso sanitário – e dar descarga. Por sorte, a mãe descobriu a tempo, e bombeiros resgataram o animalzinho ainda vivo no esgoto. O caso aconteceu no início de junho, na Inglaterra, e chamou a atenção das câmeras do mundo inteiro. Muitos perguntaram: será que Daniel seria um psicopata divertindo-se com o sofrimento do bicho?

Provavelmente não. Nesses casos, o que pode existir é o transtorno de conduta – comportamento que viola regras sociais importantes.

01. O texto acima é predominantemente:

- a) informativo, já que traz informações sobre um fato real ocorrido;
- b) dissertativo-argumentativo, pois inclui-se no debate científico sobre o fato de o menino ser psicopata;
- c) descritivo, porque acumula qualidades e características do temperamento psicopata;
- d) dissertativo-expositivo, visto que simplesmente traz um fato ao conhecimento do público, sem discuti-lo;
- e) narrativo, uma vez que apresenta uma série de ações em sequência cronológica e encerra com uma dissertação sobre o fato de o menino ser psicopata ou não.

02. Caso se chegasse à conclusão de que o menino é um psicopata, devido ao fato ocorrido, qual a falha de raciocínio teria acontecido:

- a) simplificação exagerada.
- b) troca entre causa e efeito.
- c) argumentação por analogia.
- d) generalização excessiva.
- e) estatística tendenciosa.

03. Daniel seria um psicopata divertindo-se com o sofrimento do bicho?

O emprego do verbo destacado indica:

- a) que se coloca em xeque a veracidade da afirmação.
- b) um fato posterior (normalmente hipotético) a um fato no passado.
- c) uma consequência hipotética, atrelada a uma condição, que não chegou a realizar-se.
- d) incerteza sobre fatos passados ou futuros por meio de questionamento.
- e) polidez em um posicionamento.

04. Nesses casos, o que pode existir é o transtorno de conduta – comportamento que viola regras sociais importantes.

Assinale a opção em que o termo destacado pertença à mesma classe do que está destacado acima:

- a) Eles chegaram a ser contra o argumento do autor.
- b) Tudo isso que aconteceu foi injusto.
- c) Ouviu o barulho do motor ligando.
- d) A melhor música de todos os tempos é essa.
- e) Acabou de começar o novo seriado desse canal.

05. Por sorte, a mãe descobriu a tempo;

A expressão destacada não poderia ser substituída por:

- a) ainda bem
- b) felizmente
- c) graças a Deus
- d) finalmente
- e) afortunadamente

06. Marque a alternativa em que a conjugação dos verbos no imperativo está incorreta:

- a) André, fala comigo!
- b) Empregados, trabalhai com afinco!
- c) João e Maria, não vos perdi na floresta!
- d) Luciano, não compre esse livro!
- e) Não jogues o lixo no chão!

07. Assinale, nas frases a seguir, qual é a opção em que há desvio em relação à norma, quanto ao emprego do pronome relativo.

- a) O homem que traz o pão ainda não passou hoje.
- b) Este é o livro sobre o qual Marcelo fez a resenha.
- c) O caminho por onde passamos está cheio de árvores floridas.
- d) Ontem vi um filme a cuja história se passa durante a Primeira Guerra.
- e) Aquele é o menino para quem Roberta doou a bicicleta?

08. Chegamos à fazenda à uma da tarde e logo saímos a cavalo, dirigindo-nos a Americana (cidade do Estado de São Paulo), onde ficamos, a tarde.

Sobre o excerto acima:

- a) Há três erros quanto ao emprego (ou não emprego) do acento de crase.
- b) O acento de crase está incorreto antes do artigo indefinido 'uma'.
- c) O acento de crase deveria ter sido empregado no 'a' antes do termo 'cavalo', pelo fato de estar implícita a palavra 'moda'.
- d) Deveria ter sido empregado acento de crase no 'a', antes de tarde', pelo fato de esta expressão ser uma locução adverbial feminina.
- e) Deveria ter sido empregado acento de crase no 'a', antes de Americana, visto que tal palavra é feminina.

09. Levando em conta a correção, concisão, ritmo e eufonia, aponte a melhor transformação destas duas orações

(1) o guarda viu isto + (2) ele quebrou.

- a) O guarda viu-lhe quebrar.
- b) O guarda viu que ele quebrar.
- c) O guarda viu isto: que ele quebrar.
- d) O guarda viu ele quebrar.
- e) O guarda viu-o quebrar.

10. “Veio-me a desagradável impressão de que todo mundo reparava nas minhas galochas.”

A oração destacada acima exerce a função de:

- a) objeto direto
- b) objeto indireto
- c) predicativo
- d) aposto
- e) complemento nominal

MATEMÁTICA FINANCEIRA*Eduardo Mocelin*

11. Um devedor deve efetuar dois pagamentos para quitar suas dívidas: um para daqui 6 meses no valor de R\$ 7.500,00 e outro para daqui a 10 meses no valor de R\$ 12.000,00. Dispondo de uma quantia X, o devedor deseja aplicar essa quantia à taxa de 2,5% ao mês, a juros simples, de modo a daqui a 6 meses retirar todo o montante e efetuar o primeiro pagamento. Na mesma data, após o pagamento, o devedor pretende aplicar a quantia que sobrou a juros simples, à taxa de 5% ao mês, pelo prazo restante, com a finalidade de daqui 10 meses retirar todo o montante da segunda aplicação e com ele quitar o segundo pagamento, sem falta nem sobras. Para que assim aconteça, X deve ser igual a

- a) R\$ 14.876,14
- b) R\$ 15.217,39
- c) R\$ 15.846,72
- d) R\$ 16.382,91
- e) R\$ 16.765,80

12. Arnaldo aplicou um capital no valor de R\$ 10.000,00, durante 6 meses, a uma taxa de juros nominal de 12% ao ano, com capitalização bimestral. Ele resgatou todo o montante no final do prazo de aplicação e verificou que, se tivesse aplicado este mesmo capital, durante 5 meses, sob o regime de capitalização simples, resgataria, no final deste prazo de aplicação, o mesmo montante resgatado na opção anterior. A taxa anual correspondente à opção pelo regime de capitalização simples é:

- a) 13,64%
- b) 13,81%
- c) 14,36%
- d) 14,69%
- e) 15,16%

13. Um boleto de aluguel de R\$ 2.000,00 foi pago com atraso de 2 meses e 20 dias. Os juros relativos ao atraso foram cobrados utilizando a convenção linear, e a taxa de juros compostos instituída no contrato de locação foi de 6% ao mês.

O juro cobrado foi de:

- a) R\$ 320,00
- b) R\$ 343,71
- c) R\$ 337,09
- d) R\$ 365,12
- e) R\$ 380,00

14. Arnaldo deseja tomar R\$ 1.500,00 emprestados de seu amigo Bernaldo e ofereceu devolver essa quantia acrescida de juros de 3% ao mês, em regime de juros compostos, ao final de dois meses da data do empréstimo. Bernaldo aceitou a oferta sob a condição de que Arnaldo desembolsasse R\$ 30,00 no momento do empréstimo para pagamento de despesas relacionadas a reconhecimento de firma. Para Arnaldo, o valor que mais se aproxima da taxa efetiva de juros da transação para o período de 2 meses é:

- a) 6,09%
- b) 6,83%
- c) 7,35%
- d) 7,89%
- e) 8,26%

15. Um comerciante vendeu R\$ 3.000,00 em produtos e receberá o pagamento em três parcelas R\$ 1.000,00 cada uma, para 30, 60 e 90 dias, respectivamente. Necessitando antecipar os recebimentos, ele faz uma operação de desconto comercial simples à taxa de 5% ao mês. O valor recebido após o desconto é de:

- a) R\$ 2700,00
- b) R\$ 2731,04
- c) R\$ 2770,18
- d) R\$ 2840,00
- e) R\$ 2890,50

16. A empresa Desconta Tudo S.A. desconta um título em um banco que realiza essa operação aplicando taxa de desconto comercial simples de 3% ao mês. Se o prazo para o pagamento do título é de 5 meses, então a taxa efetiva mensal de juros cobrada pelo banco nessa operação é de, aproximadamente:

- a) 3,15%
- b) 3,27%
- c) 3,34%
- d) 3,45%
- e) 3,53%

17. Arnaldo deve ao banco Dinheiro Fácil S.A. três parcelas de R\$ 5.000,00 cada, vencíveis daqui a 3 meses, 4 meses e 5 meses. Ao prever que receberia uma herança daqui 5 meses, Arnaldo propõe hoje ao banco substituir as três parcelas por um único pagamento, a ser feito daqui a 5 meses. Se nos cálculos forem utilizados juros compostos, à taxa de 5% ao mês, o valor desse pagamento deverá ser de:

- a) R\$ 15.750,00
- b) R\$ 15.762,50
- c) R\$ 16.366,50
- d) R\$ 16.472,00
- e) R\$ 16.550,50

18. Para resolver o problema, utilize, se necessário, a tabela de fator de valor atual a seguir.

n	1,00%	2,00%	3,00%	4,00%	5,00%
1	0,9901	0,9804	0,9709	0,9615	0,9524
2	1,9704	1,9416	1,9135	1,8861	1,8594
3	2,9410	2,8839	2,8286	2,7751	2,7232
4	3,9020	3,8077	3,7171	3,6299	3,5460
5	4,8534	4,7135	4,5797	4,4518	4,3295
6	5,7955	5,6014	5,4172	5,2421	5,0757
7	6,7282	6,4720	6,2303	6,0021	5,7864
8	7,6517	7,3255	7,0197	6,7327	6,4632
9	8,5660	8,1622	7,7861	7,4353	7,1078
10	9,4713	8,9826	8,5302	8,1109	7,7217
11	10,3676	9,7868	9,2526	8,7605	8,3064
12	11,2551	10,5753	9,9540	9,3851	8,8633

Um indivíduo comprou um fogão em 10 prestações mensais sucessivas no valor de R\$ 150,00 cada, com a primeira prestação a ser paga no ato. Sabendo-se que a taxa de juros é de 3% ao mês, o valor presente do fogão é

- a) R\$ 1279,53
- b) R\$ 1290,73
- c) R\$ 1317,92
- d) R\$ 1334,12
- e) R\$ 1362,56

19. Suponha que um financiamento de R\$ 10.000,00 realizado pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) deve ser liquidado em vinte prestações mensais. Sabendo-se que a taxa de juros é de 3% ao mês, o valor da última prestação será igual a

- a) R\$ 500,00
- b) R\$ 515,00
- c) R\$ 530,00
- d) R\$ 545,00
- e) R\$ 560,00

20. Um empréstimo no valor de R\$ 100.000,00 será pago em 12 prestações mensais iguais, vencendo a primeira delas um mês após a liberação dos recursos. Se a taxa de juros compostos do financiamento é de 3% a.m., o valor das prestações é, aproximadamente:

Dado: $1,03^{-12} \approx 0,70$

- a) R\$ 10.000,00
- b) R\$ 10.200,00
- c) R\$ 10.500,00
- d) R\$ 10.800,00
- e) R\$ 11.000,00

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

21. Vanessa, Prefeita da cidade do Rio de Janeiro, publicara um edital de licitação para a compra de 1.000 cadeiras para a Escola Municipal Luiz Gama. Todavia, no dia seguinte à publicação do edital, ocorrera uma tempestade que ocasionara uma enchente danificando grande parte da Escola. Pelo fato sucedido, a Prefeita Vanessa optara pela revogação da licitação, *ex-officio*.

Com base no caso fictício em tela, é correto afirmar que a atitude da Prefeitura está relacionada ao princípio da:

- a) Razoabilidade.
- b) Indisponibilidade.
- c) Eficiência.
- d) Moralidade
- e) Autotutela.

22. Rodolfo, Delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro, durante o seu treino físico na academia, notou uma movimentação estranha na casa à frente ao ginásio. Ele percebeu a constante entrada e saída de carros esportivos, com dois seguranças realizando a vigia do portão da garagem. Desconfiado, Rodolfo perguntou ao seu instrutor

que tipo de estabelecimento era aquele à frente da academia. Mário, seu instrutor, disse que o dono da casa mantinha no espaço um prostíbulo com máquinas caça-níquel. Rodolfo, após terminar o treino, adentrou na casa. No interior do lugar descobriu que, além de ser um prostíbulo e dispor de jogos de azar, existia também a venda ilícita de drogas e rinha de cachorros, uma luta realizada entre cães especialmente criados e treinados para brigas. Fábio, o proprietário da casa e igualmente dono da academia, em seu escritório, ofereceu vantagem econômica a Rodolfo para fazer “vista grossa” do caso, e que inclusive o deixaria treinar gratuitamente em seu ginásio. Rodolfo aceitou a proposta.

Com base nas disposições da Lei n.º 8.429/1992 de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que, nesse caso fictício em tela, a conduta de Rodolfo:

- a) Não constitui ato de improbidade administrativa;
- b) Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito. As penas aplicáveis são: Perda de função pública; Suspensão dos direitos políticos até 14 anos; Pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano, entre outras;
- c) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios administrativos. Suas penas e sanções são: Ressarcimento integral do dano; Pagamento de multa civil de 24 vezes o valor da remuneração, entre outras;
- d) Constitui ato de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário. Suas penas e sanções são: Perda de função pública; Suspensão dos direitos políticos até 12 anos; Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, entre outras;
- e) Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito. Suas penas e sanções são: Suspensão dos direitos políticos até 14 anos; Perda de função pública; Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, entre outras.

23. Thales, Delegado do Palácio da Polícia Civil do Rio de Janeiro, recebeu diversas denúncias sobre um novo grupo criminoso que atuava realizando extorsões por meio da prática de *Ransomware*, um tipo de malware de sequestro de dados, feito através de criptografia, que usa como refém arquivos pessoais da própria vítima. Thales, atuando dentro da sua autoridade, editou uma ordem de serviço, com a finalidade de distribuir e ordenar o serviço interno da Delegacia, estabelecendo que o setor de Crimes Cibernéticos, fosse composto pelos agentes: Camila, Fernanda, Roberta e Daniel.

Com base no caso fictício em tela, o ato administrativo praticado por Thales decorreu do:

- a) poder disciplinar, que autoriza o Delegado a efetuar atos normativos internos naquela delegacia;
- b) poder hierárquico, que autoriza o Delegado a realizar estruturas internas na delegacia;
- c) poder regimental, que autoriza o Delegado a inovar no ordenamento estrutural no âmbito da delegacia;
- d) poder de polícia, que autoriza o Delegado a organizar as rotinas administrativas necessárias à investigação criminal;
- e) poder de fiscalização, que autoriza o Delegado a supervisionar as rotinas operacionais da delegacia.

24. Bruna possuía permissão da Prefeitura do Rio de Janeiro para a administração de estabelecimento onde alugava pranchas para surfistas, em frente à Praia da Reserva. Entretanto, infelizmente, após uma enchente, o espaço ficou inutilizável. Como a prefeitura já tinha planos de criar uma praça com pista de skate e rede wi-fi no lugar, o estabelecimento foi destruído para construção da praça municipal. Assim sendo, a permissão que Bruna obtinha da prefeitura acabou sendo extinta.

No caso fictício em tela, assinale a alternativa que afirma corretamente a forma de extinção do ato administrativo:

- a) Caducidade;
- b) Renúncia;
- c) Extinção subjetiva;
- d) Extinção objetiva;
- e) Extinção natural;

25. O Estado do Rio de Janeiro, no mês de Janeiro de 2023, sofrera diversas enchentes que acabaram por deixar a capital imersa em detritos. Após a normalização do problema, com o esvaziamento das inundações, a autarquia responsável pelo recolhimento do lixo espalhado pela cidade realizou o serviço de retirar a maior parte dos detritos. Porém, mesmo depois do trabalho árduo da autarquia, ainda sobraram vários resíduos de menor volume pela capital, em sua maioria objetos recicláveis e reutilizáveis.

Dessa forma, o Prefeito entendendo que a limpeza da cidade era de alta complexidade e demandava rapidez na solução, decidiu celebrar contrato administrativo que tinha por objeto a coleta, o processamento e a comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

No caso fictício em tela, de acordo com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21), a contratação poderá ser feita:

- a) Mediante contratação direta por inexigibilidade de licitação;
- b) Mediante modalidade pregão;
- c) Mediante dispensa de licitação;
- d) Mediante modalidade leilão;
- e) Mediante modalidade concorrência.

26. Em um fórum no Estado do Rio de Janeiro, no horário de expediente, o cidadão Alberto, cadeirante em razão de acidente, descia com sua cadeira de rodas, pela rampa de entrada que garante acessibilidade à pessoa com deficiência. De repente, foi atingido por um carrinho cheio de autos de processos que era empurrado pelo técnico judiciário Anderson, que se distraía com o celular. Alberto foi arremessado ao chão, sofrendo lesões em sua perna que ocasionaram a necessidade de intervenção cirúrgica.

Ao procurar a Defensoria Pública buscando ingressar com ação indenizatória, Alberto foi informado de que, no caso:

- a) incide a responsabilidade civil subjetiva, por parte do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, e é necessária a comprovação do dolo ou culpa de agente público;
- b) incide a responsabilidade civil objetiva, por parte do Estado do Rio de Janeiro, e é desnecessária a comprovação do dolo ou culpa de agente público;
- c) incide a responsabilidade civil objetiva, por parte do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, e é necessária a comprovação do dolo ou culpa de agente público;
- d) não incide a responsabilidade civil objetiva do Estado do Rio de Janeiro nem do Poder Judiciário Estadual, pois se tratou de um acidente, sem dolo ou culpa de agente público;
- e) incide a responsabilidade civil subjetiva, pois se tratou de caso fortuito ou força maior, sem qualquer falha na prestação do serviço público ou culpa e dolo de agente público.

27. O Delegado de Polícia Bruno, iniciou as investigações de um crime de latrocínio cometido dentro de uma organização estatal estadual com personalidade jurídica de direito privado e capital integralmente público. O Delegado determinou a Fernanda, uma das agentes de polícia, que realizasse uma diligência interrogando os funcionários, testemunhas do entorno do local e que resgatasse dos estabelecimentos em volta as filmagens das câmeras de vídeo do mês inteiro, para análise minuciosa no Palácio de Delegacia.

Considerando a situação fictícia acima, julgue as alternativas a seguir e assinale a correta:

- a) O crime foi cometido em uma sociedade de economia mista, com sua criação autorizada por lei específica;
- b) O crime foi cometido em uma autarquia, com sua origem a partir de criação por lei específica;
- c) O crime foi cometido em uma fundação pública, com sua criação por decreto;
- d) O crime foi cometido em uma empresa pública, com sua criação autorizada por lei específica;
- e) O crime foi cometido em uma agência reguladora, com sua criação por decreto.

28. Alessandra, Prefeita Municipal, depois de estudos arquitetônicos e usando critérios de oportunidade e conveniência, iniciou o asfaltamento das vias públicas da cidade, pela avenida do bairro Luiz Gama. Insatisfeita, a associação de moradores do bairro José do Patrocínio ajuizou ação judicial pleiteando que as ruas de seu bairro sejam as primeiras a receber pavimentação. No caso fictício em tela, em tema de controle judicial dos atos administrativos, o pleito da associação de moradores:

- a) não merece progredir, uma vez que, ao se tratar de ato discricionário, ao Poder Judiciário, em regra, não cabe a análise do mérito administrativo, e sim, apenas, o controle da legalidade do ato;
- b) não merece progredir, visto que, ao se tratar de ato vinculado, o Poder Judiciário, em regra, não pode adentrar à análise da legalidade do ato, restringindo-se ao controle do mérito administrativo;
- c) merece progredir, pois ao se tratar de ato discricionário, o Poder Judiciário, em regra, pode adentrar à análise somente do mérito administrativo e não de aspectos pertinentes à legalidade do ato;
- d) não merece progredir, eis que, em se tratando de ato vinculado, ao Poder Judiciário, em regra, não cabe a análise do mérito administrativo, tão pouco o controle da legalidade do ato;
- e) merece progredir, eis que, em se tratando de ato discricionário, ao Poder Judiciário, em regra, cabe a análise tanto do mérito administrativo, como de aspectos relacionados à legalidade do ato.

29. O município do Rio de Janeiro, depois abrir licitação, firmou com sociedade empresária *Grupo RJBR* contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de passageiros intramunicipal. Contudo, após um ano, durante o prazo da concessão, chegaram à Ouvidoria da Prefeitura diversas reclamações em relação a atrasos de horários e sobre a higiene dos coletivos. Como a Prefeitura já tinha planos de recuperar o serviço,

tema discutido em reuniões mensais com suas secretarias, o Prefeito, por motivo de interesse público, retomou o serviço.

No caso fictício em tela, a extinção do contrato foi por meio de:

- a) caducidade, ocasionado pelo serviço prestado de forma inadequada ou deficiente;
- b) rescisão, no caso de descumprimento das normas contratuais pela concessionária;
- c) encampação, mediante lei autorizativa específica e depois de prévio pagamento da indenização;
- d) invalidação, decorrente do princípio administrativo autotutela, com prévio pagamento de indenização;
- e) caducidade, pelo descumprimento de cláusulas contratuais ou regulamentares concernentes à concessão.

30. Patrícia, Delegada da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, fora exonerada após processo administrativo disciplinar decorrente de denúncia anônima, alegando que a Delegada comunicava informações de operações sigilosas a criminosos. Passados sete meses de sua demissão, Patrícia conseguiu reunir novas provas, comprovando de maneira inequívoca sua inocência, e requereu revisão do processo administrativo.

Patrícia logrou êxito na revisão e obteve decisão administrativa deferindo seu reingresso na Polícia Civil, mediante:

- a) readaptação;
- b) redistribuição;
- c) aproveitamento;
- d) reversão;
- e) reintegração.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

31. A República Federativa do Brasil celebrou uma convenção internacional sobre direitos humanos, que foi devidamente aprovada pelas casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros

A convenção internacional assim aprovada é equivalente a:

- a) emenda constitucional;
- b) lei complementar;
- c) ato suprallegal;
- d) lei ordinária;
- e) decreto.

32. Ted estava regando as plantas no jardim de sua moradia, em uma manhã de domingo, quando começou a passar mal. Barney, que transitava na frente do imóvel, assistiu à cena e imediatamente adentrou na casa para prestar socorro a Ted. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, Barney

- a) não agiu corretamente, pois, durante o dia, apenas por determinação judicial é permitido penetrar na casa sem o consentimento do morador.
- b) não agiu corretamente, pois apenas em caso de desastre é permitido penetrar na casa sem o consentimento do morador.
- c) não agiu corretamente, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.
- d) não agiu corretamente, pois apenas em caso de flagrante delito é permitido penetrar na casa sem o consentimento do morador.
- e) agiu corretamente, pois é permitido penetrar na casa sem o consentimento do morador para prestar socorro.

33. Gama, Associação de Defesa das Pessoas com Deficiência, em atuação na esfera territorial do Estado Alfa e que há uma década defende os interesses das pessoas com deficiência, constatou que determinado direito social consagrado na Constituição da República de 1988 não fora objeto de regulamentação pela legislação infraconstitucional. Esse estado de coisas impedia a sua fruição pelos destinatários em potencial, incluindo os seus associados. Por tal razão, decidiu impetrar mandado de injunção coletivo para que a omissão fosse suprida.

De acordo com essa narrativa, é correto afirmar que Gama:

- a) não tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, pois sua atuação não é nacional;
- b) não tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, já que o direito social a ser regulamentado abrange outros destinatários;
- c) tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, embora o direito social também pertença a outros destinatários e não tenha autorização especial;
- d) não tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, cabível apenas se o direito a ser regulamentado pertencer a uma coletividade indeterminada de pessoas;
- e) tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, apesar de o direito social alcançar outros destinatários, sendo ainda exigida uma autorização especial.

34. O Deputado Estadual Mévio constatou que determinada faixa de terras situada na área territorial do Município Beta e, por via reflexa, no território do Estado Gama, no qual Beta estava inserido, jamais integrou o patrimônio de um particular e, além disso, jamais teve qualquer destinação atribuída pelo Poder Público.

Com o intuito de saber se essas terras efetivamente pertenciam ao Estado Gama, de modo que pudessem ser objeto de alguma política pública, Mévio consultou sua assessoria, que respondeu corretamente no sentido de que terras dessa natureza,

- a) independentemente de qualquer especificidade, sempre pertencem à União.
- b) independentemente de qualquer especificidade, sempre pertencem ao Estado.
- c) independentemente de qualquer especificidade, sempre pertencem ao Município.
- d) pertencem ao Estado, excluídas apenas aquelas que, por imperativo constitucional e legal, pertencem à União.
- e) pertencem ao Município, excluídas apenas aquelas que, por imperativo constitucional e legal, pertencem à União ou ao Estado.

35. Maria e José, estudiosos do Direito Constitucional e odiadores do Direito Administrativo, travaram intenso debate a respeito das competências do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, ao final concluíram que de acordo com a CF/88 compete ao Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, originariamente:

- a) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.
- b) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

- c) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
- d) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- e) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

36. Em matéria de competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal foi identificada a inexistência de qualquer norma editada pela União. Em razão dessa constatação, Maria, Deputada Estadual, consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de apresentar projeto de lei sobre a referida matéria. A assessoria respondeu, corretamente, que o Estado:

- a) somente pode legislar sobre a matéria, em caráter suplementar, após a edição de normas gerais pela União;
- b) somente pode legislar sobre a matéria caso a competência lhe seja delegada em lei complementar editada pela União;
- c) pode exercer a competência plena, e a posterior edição de normas gerais pela União revoga a lei estadual no que lhe for contrário;
- d) pode exercer a competência plena, e a posterior edição de normas gerais pela União suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário;
- e) pode exercer a competência plena e as normas gerais posteriormente editadas pela União não produzirão efeitos, caso colidam com a lei estadual.

37. O controle externo financeiro da União e das entidades da administração federal direta e indireta é atribuição do Congresso Nacional, que o exerce com o auxílio do Tribunal de Contas da União. De acordo com a Constituição Federal, é competência do Tribunal de Contas da União:

- a) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- b) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, sanções como multa proporcional ao dano causado ao erário, por meio de decisão com eficácia de título executivo judicial.
- c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluindo as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- d) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Pública, exceto entidades da administração indireta.
- e) apreciar as contas prestadas semestralmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento.

38. Caio e Tício estavam discutindo a respeito de dois grandes direitos consagrados na Constituição Federal, o direito de reunião e o direito de associação, desse debate concluíram corretamente que:

- a) As associações só poderão ter suas atividades suspensas ou serem compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial, exigindo-se, nos dois casos, o trânsito em julgado.
- b) A criação de associações independe de autorização, sendo necessário seu registro em órgão competente, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

- c) É possível o porte de armas em reuniões quando se tratar de manifestação de integrantes da área da segurança pública.
- d) O aviso prévio é requisito indispensável para o exercício do direito de reunião, a ausência do aviso implica na ilegalidade da manifestação.
- e) O direito de reunião pressupõe a união de pessoas em caráter temporário, enquanto a associação pressupõe a união de pessoas em caráter permanente, com interesses em comum.

39. Peter, estrangeiro, compareceu perante uma determinada repartição pública no Município Beta e verificou que determinado servidor estava agindo com abuso de poder em prejuízo da população que estava ali sendo atendida. Buscando uma solução administrativa, Peter:

- a) Poderá exercer o seu direito de petição, independentemente do pagamento de taxas.
- b) Poderá exercer o seu direito de petição, que depende do pagamento de taxas.
- c) Não poderá exercer o direito de petição, pois é estrangeiro.
- d) não poderá exercer o direito de petição, pois tal direito só pode ser exercido em defesa de interesses pessoais e não coletivos ou gerais.
- e) Poderá exercer o seu direito de petição, desde que representado por advogado.

40. De acordo com a Constituição Federal, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios, EXCETO:

- a) busca do pleno emprego.
- b) soberania nacional.
- c) tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- d) Propriedade pública.
- e) livre concorrência.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

41. Acerca dos procedimentos contábeis patrimoniais dispostos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público assinale a opção correta:

- a) As propriedades para investimento são mantidas para auferir receitas de aluguel e valorização de capital ou mantidas para venda como forma de investimento.
- b) Bens do patrimônio cultural e ativos de infraestrutura são bens de uso comum do povo que devem ser reconhecidos no ativo imobilizado.
- c) Honorários profissionais são exemplos de custos diretamente atribuíveis que devem compor o custo do ativo imobilizado.
- d) Como regra, se o valor contábil da classe do ativo aumentar em virtude da reavaliação, esse aumento deve ser creditado diretamente no resultado do exercício como variação patrimonial aumentativa.
- e) As transferências da reserva de reavaliação para resultados acumulados transitam pelo resultado do período.

42. A estimativa da vida útil econômica do item do ativo é definida conforme alguns fatores. As opções a seguir indicam fatores expressamente previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, à exceção de uma. Assinale-a:

- a) Desgaste físico, pelo uso ou não
- b) Geração de benefícios futuros
- c) Limites legais e contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo
- d) Obsolescência tecnológica
- e) Limites operacionais impostos pelo uso do ativo

43. Analise as condições a seguir e na sequência assinale a opção correta:

I - A entidade tiver transferido ao comprador todos os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos bens.

II - A entidade não mantiver envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos, nem em grau normalmente associado a sua propriedade nem relacionado ao efetivo controle de tais bens.

III - Os custos incorridos na transação e os custos para concluir a transação puderem ser mensurados confiavelmente.

São condições necessárias para o reconhecimento de Variação Patrimonial Aumentativa decorrente da venda de bens:

- a) III, apenas.
- b) I e III, apenas
- c) I e II, apenas
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

44. Observe o quadro a seguir, adaptado do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP):

Probabilidade de ingresso de recursos sob a forma de benefícios econômicos ou potencial prestação de serviços	Classificação	Forma de evidenciação
Certeza	(1)	Balanco Patrimonial e Notas Explicativas
Provável	Ativo Contingente	Notas Explicativas
Pouco provável	Ativo Contingente	(2)

Assinale a opção que indica corretamente o que deve constar nas informações **(1)** e **(2)** descritas no quadro acima:

- a) (1) Variação patrimonial aumentativa; (2) não é divulgado.
- b) (1) ativo contingente; (2) notas explicativas
- c) (1) ativo; (2) não é divulgado.
- d) (1) ativo; (2) notas explicativas
- e) (1) Variação patrimonial aumentativa; (2) notas explicativas

45. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as entidades do setor público que reportam a informação contábil possuem características que impactam no processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil. Sobre o assunto, analise as afirmativas a seguir.

I – uma característica-chave da entidade do setor público que reporta a informação, inclusive de grupo dessas entidades, é a existência de usuários de serviços ou provedores de recursos que são dependentes dos Relatórios Contábeis de Propósitos Gerais (RCPGs) para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

II – para possibilitar a elaboração das demonstrações contábeis, a entidade que reporta a informação deve captar recursos e/ou deve utilizar recursos captados anteriormente para realizar atividades em benefício da sociedade ou em nome dela.

III – se a imposição de requisitos para a informação contábil pressupõe que estas devam ser eficientes

e eficazes, é importante que seja exigido que os RCPGs sejam elaborados somente pelas entidades do setor público para as quais existam usuários.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) III, somente.
- d) I e II, somente.
- e) I, II e III.

46. As demonstrações contábeis correspondem às demonstrações contábeis de propósito geral, destinadas a satisfazer às necessidades de informação de usuários que não se encontram em condições de exigir relatórios elaborados para atender às suas necessidades específicas. Acerca do assunto, conforme previsto na Lei n. 4.320/64, assinale a opção correta:

- a) O superávit patrimonial é obtido pela diferença positiva entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas no âmbito do balanço patrimonial.
- b) O resultado orçamentário é obtido pelo confronto entre as receitas previstas e as receitas arrecadadas no âmbito do balanço orçamentário.
- c) O superávit financeiro apurado no balanço financeiro é obtido quando há ingressos maiores que dispêndios.
- d) O saldo patrimonial é obtido pelo confronto entre o ativo real e o passivo real no âmbito do balanço patrimonial.
- e) Os ativos e passivos são classificados no balanço patrimonial pelo grau decrescente de conversibilidade e exigibilidade, respectivamente.

47. O Município Audazes dos Pampas adquiriu material escolar para distribuição gratuita na rede de ensino municipal. No momento do empenho dessa despesa, no âmbito da natureza orçamentária, deverá ser realizado o seguinte registro:

a)

Débito – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

Crédito – 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

b)

Débito – 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

Crédito – 2.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

c)

Débito – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

Crédito – 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

d)

Débito – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

Crédito – 6.2.2.1.3.04.xx Crédito Empenhado Pago

e)

Débito – 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

Crédito – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

Hospital Veterinário de Santa Cruz é aberto para ampliar atendimento a animais

O Hospital Veterinário de Santa Cruz acaba de ser entregue à população pela Prefeitura do Rio com capacidade para atender cerca de 80 animais por dia. Instalada nas dependências do Centro de Controle de Zoonoses Paulo Dacorso Filho (CCZ), a unidade oferece consultas, exames, cirurgias eletivas, curativos, aplicação de medicamentos e vacinação antirrábica.

mil cirurgias de castração por mês, ganhou novo suporte para procedimentos eletivos. A unidade fará ainda ultrassonografia, radiografia e coleta de material para exames de sangue. Vale ressaltar que no CCZ também há atendimento para tratamento de esporotricose, uma zoonose grave e de maior incidência em gatos.

O espaço onde fica o hospital passou por obras, feitas pela Rio-Urbe. Houve revisão nas redes elétrica e hidrossanitária, recuperação de emboço, pintura, reforma de banheiros, instalação de piso vinílico e bancadas de granito nos consultórios e colocação de guarda-corpo na rampa de acesso e extintores de incêndio.

A vacinação antirrábica, que já ocorre em campanhas anuais da Prefeitura, é um serviço gratuito no CCZ e também no Centro de Medicina Veterinária Jorge Vaisman (CJV), na Mangueira. A castração gratuita nessas unidades deve ser agendada no portal Carioca Digital.

Além dos serviços médicos veterinários, o CCZ tem cerca de 250 animais disponíveis para adoção, todos vermifugados, vacinados e microchipados.



Considerando a notícia acima extraída do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, responda às questões a seguir:

48. Os estoques de vacina antirrábica devem ser mensurados na contabilidade do hospital veterinário público, segundo a NBC TSP 04 – Estoques pelo:

- a) valor do custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o menor.
- b) valor presente dos custos de aquisição.
- c) valor justo.
- d) menor valor entre o custo e o custo corrente de reposição.
- e) valor recuperável.

49. Considerando que as obras realizadas no hospital público referentes à instalação de piso vinílico e bancadas de granito nos consultórios ampliam a capacidade de atendimento do hospital, no âmbito da classificação da despesa orçamentária, referidas despesas devem ser classificadas como:

- a) despesas de custeio
- b) despesas de capital – obras e instalações (investimentos)
- c) despesas correntes – serviços de terceiros
- d) transferências correntes
- e) transferências de capital

50. Acerca das Normas Brasileiras Técnicas do Setor Público (NBC TSP), assinale a assertiva correta:

- a) A entidade (investidora) que verifique que possui controle em conjunto ou influência significativa sobre outra entidade (investida) deve contabilizar esse investimento com a utilização do método da equivalência patrimonial ou o método do custo, optando-se por aquele que apresente melhor informação ao usuário da informação contábil.
- b) Entre as demonstrações contábeis aplicáveis ao setor público, conforme disposto na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estão o balanço patrimonial e o balanço financeiro.
- c) Propriedade que é arrendada a outra entidade sob arrendamento mercantil financeiro é um exemplo de Propriedade para Investimento, nos termos da NBC TSP 06.
- d) Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável devem ser capitalizados como parte do custo desse ativo, conforme determina a NBC TSP 14 – Custos de Empréstimos.
- e) Caracterizam-se como evento subsequente, o evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data das demonstrações contábeis e a data na qual são publicadas essas demonstrações.

51. No âmbito do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o processo de consolidação do ente deverá incluir as contas cujo 5º nível apresenta o(s) dígito(s):

- a) 1 (consolidação), apenas
- b) 1 (Consolidação), 3, 4 e 5 (Inter OFSS)
- c) 3, 4 e 5 (Inter OFSS), apenas
- d) 1 (consolidação) e 4 (inter OFSS – Estado), apenas
- e) 1 (consolidação) e 5 (inter OFSS – Município), apenas

52. Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue os itens a seguir e assinale a opção correta:

- I – No balanço patrimonial, segundo a estrutura da Lei n. 4.320/64, estarão demonstrados os ativos financeiro e permanente, os passivos financeiro e permanente, o saldo patrimonial e as contas de compensação. Nesse sentido, caso o passivo real seja superior ao ativo real, há configuração de um saldo patrimonial denominado de passivo a descoberto.
- II – A demonstração das variações patrimoniais evidencias as variações patrimoniais qualitativas e quantitativas e permite que a entidade do setor público calcule o resultado patrimonial.
- III – Tanto o balanço orçamentário como o balanço financeiro evidenciam as receitas e despesas orçamentárias executadas no exercício.

Está(ão) correto(s):

- a) III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

53. A respeito das Transações sem Contraprestação (NBC TSP 01) e Transações com Contraprestação (NBC TSP 02), analise as assertivas abaixo e assinale a opção correta.

I - a maior parte das variações patrimoniais aumentativas (VPA) das entidades do setor público decorrem de transações com contraprestação.

II - uma transação sem contraprestação com entrada de recursos para o governo, via de regra, gera variação patrimonial aumentativa (VPA) para o ente ou órgão receptor. Em contrapartida, a entrada de recursos provoca a contabilização de um ativo.

III - o ativo obtido por meio de uma transação sem contraprestação deverá ser inicialmente mensurado pelo seu valor justo na data de aquisição.

Está(ão) correto(s):

- a) II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) nenhuma assertiva

- a) aumento do ativo e do resultado orçamentário do exercício
- b) o reconhecimento de uma variação patrimonial qualitativa
- c) o reconhecimento de uma dívida ativa
- d) aumento do ativo e do resultado patrimonial do exercício
- e) aumento dos fluxos de caixa operacionais na demonstração dos fluxos de caixa

55. A arrecadação do IPTU gera o seguinte lançamento contábil, no âmbito da natureza de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público:

- a) D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos
C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)
- b) D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada
- c) D 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
C 1.1.2.1.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P)
- d) D 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)
C 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos
- e) D 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada
C 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar



Guia online do IPTU 2023 está disponível aos contribuintes

Cariocas também podem solicitar a emissão do documento nos postos de atendimento do município

As guias para pagamento do IPTU 2023 estão disponíveis na internet a partir de hoje. A emissão pode ser feita no site carioca.rio ou no aplicativo do Carioca Digital (iOS e Android). O prazo para quitar a cota única ou a primeira parcela do imposto é até 7 de fevereiro. Quem optar pela cota única terá desconto de 7%, mesmo percentual concedido em 2022. Para a comodidade dos cariocas, é possível baixar e imprimir de uma só vez todas as parcelas do imposto. O documento também pode ser solicitado nos Postos de Atendimento do IPTU. Para a emissão da guia é necessário informar o número da inscrição do imóvel, identificação no boleto de anos anteriores. As guias físicas do IPTU começaram a chegar à casa dos cariocas no dia 16 deste mês, em formato de carta, com somente uma folha. O documento tem dois códigos de barras, um para pagamento da cota única e outro para quitação da primeira parcela. O município pede que os contribuintes fiquem atentos a possíveis golpes na internet e por telefone. A Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento não envia comunicados ou boletins via WhatsApp ou SMS. O canal de atendimento da Prefeitura é a Central 1746, e o único endereço para emitir o boleto é o www.carioca.rio.

Considerando a notícia acima extraída do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, responda às questões a seguir:

54. O lançamento do IPTU produz o seguinte reflexo na Contabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro:

CONTABILIDADE GERAL*Silvio Sande*

56. Segundo a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, de 21 de novembro de 2019, os elementos das demonstrações contábeis definidos nesta estrutura conceitual são: (i) ativos, passivos e patrimônio líquido, que se referem à posição financeira da entidade que reporta; e (ii) receitas e despesas, que se referem ao desempenho financeiro da entidade que reporta. Nesse contexto, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) As receitas são os aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em diminuição no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.
- b) O passivo é uma obrigação passada da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos presentes.
- c) O patrimônio líquido é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.
- d) As despesas são as reduções nos ativos e nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.
- e) O ativo é um recurso econômico passado controlado pela entidade como resultado de eventos presentes.

57. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, uma entidade deve apresentar uma análise das despesas utilizando uma classificação baseada na sua natureza ou na sua função dentro da entidade, devendo eleger o critério que proporcionar informação confiável e mais relevante, obedecidas as determinações legais. Assinale a alternativa que indique apenas despesas classificadas de acordo com o método da função, em uma empresa industrial.

- a) despesas comerciais e despesas administrativas

- b) custo dos serviços prestados e despesas de depreciação
- c) despesas de salários e despesas financeiras
- d) despesas de publicidade e consumo de matérias-primas
- e) despesas de amortização e despesas com perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa

58. Uma editora vende uma revista mensal por R\$ 30,00. No entanto, os leitores podem optar por fazer a assinatura anual da revista por R\$ 300,00. O valor pode ser pago à vista ou em três parcelas de R\$ 100,00.

Em janeiro de 2020, quarenta pessoas fizeram a assinatura anual da revista. Destas, trinta optaram pelo pagamento à vista e dez pelo parcelamento em três vezes. O pagamento do valor integral ou da primeira parcela foi feito no próprio mês de janeiro. A revista começou a ser entregue no mês após o recebimento, ou seja, em fevereiro de 2020.

O valor da receita contabilizada pela editora em janeiro de acordo com o Regime de Competência é de:

- a) Zero.
- b) R\$ 250,00.
- c) R\$ 500,00.
- d) R\$ 750,00.
- e) R\$ 1.000,00.

59. Uma empresa apresentava, em 31/12/2020, os saldos a seguir.

- Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 60.000;
- Clientes (90 dias): R\$ 80.000;
- Contas a receber (120 dias): R\$ 30.000;
- Ativo fiscal diferido R\$ 40.000;
- Aluguel pago antecipadamente, com apropriação linear e mensal por 24 meses: R\$ 62.000;
- Estoques previstos para serem vendidos em 90 dias: R\$ 180.000;
- Provisão para Perdas nos Estoques: R\$ 20.000;
- Empréstimo a sócio com vencimento em 60 dias: R\$ 35.000;
- Venda para empresa controlada decorrente da atividade operacional da empresa (240 dias): R\$ 80.000;
- Adiantamento de salários de janeiro a empregados: R\$ 65.000;
- Provisão para 13º salário: R\$ 85.000;
- Receita de vendas recebida antecipadamente: R\$ 90.000.
- Computador utilizado na empresa: R\$ 30.000;
- Depreciação acumulada do computador: R\$ 6.000;
- Participação em outras empresas: R\$ 60.000; e
- Ativo não circulante mantido para vendas: R\$ 50.000.

Com base somente nos dados acima, o Ativo Circulante, apresentado no Balanço Patrimonial da sociedade empresária, em 31/12/2020, era de

- a) R\$ 531.000.
- b) R\$ 527.000.
- c) R\$ 496.000.
- d) R\$ 486.000.
- e) R\$ 556.000

60. Em 01/03/2018, uma empresa adquiriu computadores para utilizar em seu negócio, por R\$ 120.000. A empresa esperava utilizar os computadores durante cinco anos e doá-los a seus colaboradores. Em 31/12/2019, a empresa refez sua estimativa, pretendendo utilizar os computadores até 31/12/2021 e, depois, vendê-los por R\$ 16.000. Assinale a opção que indica o valor contábil dos computadores, evidenciado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2020.

- a) R\$ 30.000
- b) R\$ 40.000
- c) R\$ 44.000
- d) R\$ 46.000
- e) R\$ 52.000

61. Com relação às regras de contabilização de Subvenções Governamentais instituídas pela NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A subvenção governamental não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que ela será recebida.
- b) A forma como a subvenção é recebida não influencia no método de contabilização a ser adotado. Assim, por exemplo, a contabilização deve ser a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução de passivo.
- c) A subvenção governamental pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.

d) O benefício econômico obtido com empréstimo governamental por uma taxa de juros abaixo da praticada pelo mercado deve ser tratado como subvenção governamental.

e) Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo.

62. Uma empresa comercial adquiriu mercadorias para o seu estoque, a prazo, no valor de \$ 100.000, com tributos recuperáveis de \$ 20.000 e ajuste a valor presente de fornecedores a pagar de \$ 10.000. Assinale a alternativa com a contabilização correta dessa operação.

a) Débito: Estoques, \$ 80.000; Débito: Tributos a recuperar, \$ 20.000; Crédito: Ajuste a valor presente de fornecedores, \$ 10.000; Crédito: Fornecedores a pagar, \$ 90.000.

b) Débito: Estoques, \$ 90.000; Débito: Ajuste a valor presente de fornecedores, \$ 10.000; Crédito: Fornecedores a pagar, \$ 100.000.

c) Débito: Estoques, \$ 80.000; Débito: Tributos a recuperar, \$ 20.000; Crédito: Fornecedores a pagar, \$ 100.000.

d) Débito: Estoques, \$ 100.000; Débito: Despesa financeira de fornecedores, \$ 10.000, Crédito: Fornecedores a pagar, \$ 90.000; Crédito: Receita com tributos recuperáveis, \$ 20.000.

e) Débito: Estoques, \$ 70.000; Débito: Tributos a recuperar, \$ 20.000; Débito: Ajuste a valor presente de fornecedores, \$ 10.000; Crédito: Fornecedores a pagar, \$ 100.000.

63. Uma Sociedade Empresária iniciou suas atividades em janeiro de 2017. Nesse mês, realizou as seguintes transações:

- Aquisição de mercadorias por R\$20.000,00. Neste valor está incluído Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS recuperável, no valor de R\$3.400,00.
- Venda, por R\$25.000,00, de 50% das mercadorias adquiridas, sendo concedido um desconto de 20% no momento da venda. Sobre a receita obtida na operação, há incidência apenas do ICMS na alíquota de 12%.

Considerando-se que essas foram as únicas transações efetuadas no mês, após o registro contábil de apuração do ICMS, a Sociedade Empresária apresentará:

a) um saldo de ICMS a Recuperar no valor de R\$400,00.

b) um saldo de ICMS a Recolher no valor de R\$1.300,00.

c) um saldo de ICMS a Recuperar no valor de R\$1.000,00.

d) um saldo de ICMS a Recuperar no valor de R\$3.400,00.

e) um saldo de ICMS a Recuperar no valor de R\$ 3.000,00

64. A Cia. Coruja vende sapatos. A sociedade empresária não é contribuinte do IPI, mas é contribuinte dos impostos estaduais e municipais.

Em 31/12/2020, ela apresentava os seguintes saldos:

- vendas brutas de vendas: R\$ 300.000;
- comissão de vendas: R\$ 30.000;
- devolução de vendas: R\$ 15.000;
- custo das mercadorias vendidas: R\$ 180.000;
- devolução de compras: R\$ 20.000;
- ajuste a valor presente de contas a pagar: R\$ 10.000;
- ajuste a valor presente de clientes: R\$ 18.000;
- ICMS sobre vendas: R\$ 60.000;
- IPI nas compras: R\$ 45.000;
- despesas com salários: R\$ 50.000;
- perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: R\$ 15.000;
- perdas com a redução do valor dos estoques: R\$ 6.000.

Com base nos dados acima, assinale a opção que indica o valor da Receita Líquida de Vendas da Cia. Coruja, em 31/12/2020.

- a) R\$ 24.000.
- b) R\$ 105.000.
- c) R\$ 176.000.
- d) R\$ 207.000.
- e) R\$ 225.000.

65. As Cias. X e Y apresentavam, em 31/12/X0, os balanços patrimoniais a seguir.

Em X1, a Cia. X comprou 80% da Cia. Y por R\$ 40.000.

Na data da compra, o valor de mercado do terreno era avaliado em R\$ 30.000 e o valor de mercado da marca era avaliado em R\$ 5.000.

	Cia X	Cia Y
Ativo		
Caixa	100.000	10.000
Terreno		22.000
Total do Ativo	100.000	32.000
Patrimônio Líquido		
Capital Social	100.000	32.000
Total do PL	100.000	32.000

Sabendo que participação dos não controladores é mensurada pela parte que lhes cabe no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis, assinale a opção que indica o goodwill total contabilizado no balanço patrimonial consolidado em 31/12/X1,

- a) R\$ 4.000
- b) R\$ 5.000
- c) R\$ 10.000
- d) R\$ 14.400
- e) R\$ 18.000

66. Uma loja vende notebooks pelo preço de R\$ 5.000,00.

Em julho de 2021, a loja vendeu trinta notebooks, sendo metade à vista e o restante no cartão de crédito, cujo recebimento será em agosto. A loja oferece garantia de um ano sobre os aparelhos vendidos. Além disso, estima que cada notebook que apresentar defeitos maiores terá custo de reparação de R\$ 1.000,00, enquanto o que apresentar defeitos menores terá custo de R\$ 500,00 cada.

A loja possui o seguinte histórico: 10% dos notebooks têm defeitos maiores, 30% têm defeitos menores e 40% não apresentam defeitos. Em 31/07/2014, a loja deve reconhecer provisão para garantias no valor de

- a) R\$ 1.500,00.
- b) R\$ 4.200,00.
- c) R\$ 7.500,00.
- d) R\$ 10.000,00.
- e) R\$ 15.000,00.

67. Uma empresa vendeu determinado ativo nos mercados ativos de Barreiras e Brasília, mas nenhum desses mercados é o principal. Na data da mensuração desse ativo, os valores relacionados às transações de venda eram os seguintes.

	Barreiras	Brasília
Preço de venda	80	70
Custo de Transação	20	10
Custo de Transporte	10	8

Nessa situação, o referido ativo será avaliado a valor justo por

- a) 50
- b) 52
- c) 60
- d) 62
- e) 70

68. Uma indústria vendeu um equipamento industrial usado por R\$ 500.000, para pagamento em 24 meses, com juros implícitos de 1,0% ao mês. A transação transcorreu em condições normais de mercado.

Considerando 0,79 como valor aproximado para $1,01^{-24}$, assinale a opção correspondente à contabilização inicial da transação pelo vendedor.

a) D – contas a receber R\$ 500.000
C – receita de capital R\$ 500.000

b) D – contas a receber R\$ 500.000
C – receita de juros R\$ 105.000
C – receita de capital R\$ 395.000

c) D – contas a receber R\$ 500.000
C – juros ativos a transcorrer R\$ 105.000
C – receita de capital R\$ 395.000

d) D – contas a receber R\$ 500.000
D – juros a receber R\$ 120.000
C – receita de capital R\$ 380.000

e) D – contas a receber R\$ 500.000
C – juros ativos a transcorrer R\$ 120.000
C – receita de capital R\$ 380.000

69. Ao mudar voluntariamente uma política contábil que vem sendo utilizada em relação as suas propriedades para investimento, uma companhia aberta deve aplicá-la

- a) de forma prospectiva.
- b) exclusivamente em relação ao exercício social corrente, mesmo quando a aplicação retrospectiva for praticável.
- c) de forma retrospectiva, a partir do período mais antigo para o qual seja praticável a aplicação retrospectiva.
- d) de acordo com as disposições transitórias específicas do pronunciamento, da interpretação ou da orientação que disciplinar a mudança.
- e) exclusivamente em relação às transações que difiram, em essência, daquelas que ocorriam anteriormente.

70. Em 31/12/X0 a Cia. Bahia tinha 60% de participação da Cia. Vitória. Os balanços patrimoniais da Cia. Bahia e da Cia. Vitória, em 31/12/X0, eram os seguintes:

	Cia Bahia	Cia Vitória
Caixa	500	100
Investimentos	600	
Terrenos		1000
Ativo Total	1.100	1.100
Financiamentos		100
Capital Social	1.100	1.000
Passivo + PL	1.100	1.100

No ano X1 a Cia. Bahia vendeu o terreno para a Cia. Vitória por R\$ 1.500,00, a prazo.

Assinale a opção que indica o valor total do Patrimônio Líquido Consolidado, em 31/12/X1, considerando apenas essa operação.

- a) R\$ 1.000,00.
- b) R\$ 1.200,00.
- c) R\$ 1.400,00.
- d) R\$ 1.500,00.
- e) R\$ 2.200,00.

FINANÇAS PÚBLICAS

Amanda Aires

71. A Lei nº 4.320/64 prevê princípios orçamentários expressos. O princípio exposto no Art. 3º, pelo qual a Lei de Orçamentos determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

- a) unidade
- b) exclusividade
- c) universalidade
- d) orçamento bruto
- e) transversalidade.

72. O princípio orçamentário que determina que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei é

- a) Exclusividade.
- b) Universalidade.
- c) Entidade.
- d) Legalidade.
- e) Unidade.

73. O prefeito de um município, ao enviar uma proposta orçamentária ao Poder Legislativo Municipal que não evidencia o orçamento ser claro e de fácil compreensão a qualquer indivíduo, comete uma evidente violação ao princípio:

- a) da clareza.
- b) da exclusividade.
- c) da especificação.
- d) do não-estorno.
- e) da universalidade.

74. O princípio orçamentário da legalidade preconiza que

- a) a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- b) o exercício financeiro orçamentário é período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas Lei Orçamentária Anual irão se referir.
- c) deve existir orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios.
- d) cabe ao Poder Público fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei expressamente autorizar, subordinando-se aos ditames da lei.
- e) as receitas e despesas na Lei Orçamentária Anual devem ser registradas pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.

75. Quando da elaboração da proposta de Plano Plurianual para um dado período, um cuidado que os analistas da área de planejamento do ente público devem considerar é que as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública devem ser estabelecidos:

- a) conforme o impacto no patrimônio público;
- b) de forma regionalizada;
- c) de forma segregada por função de governo;
- d) em termos de impacto no resultado primário;
- e) por critério de categoria econômica.

76. Com base no Plano Plurianual, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É um instrumento de planejamento a curtíssimo prazo.
- b) Existe para estabelecer as diretrizes, metas e objetivos do governo municipal, apenas
- c) Atualmente possui vigência de quatro anos, a começar já do primeiro ano do mandato.
- d) Abrange despesas de capital.
- e) Abrange despesas de programas com duração de tempo determinada

77. Assinale a opção que indica o princípio orçamentário segundo o qual o orçamento deverá manter o equilíbrio, do ponto de vista financeiro, entre os valores de receita e despesa.

- a) Anualidade.
- b) Clareza.
- c) Equilíbrio.
- d) Exclusividade.
- e) Legalidade.

78. Apresenta a programação dos gastos governamentais, bem como a previsão das receitas para custear esses gastos. Trata-se de um único documento, constituído por três partes: o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais. O Projeto é elaborado pelo Poder Executivo e proposto até 31 de agosto do ano anterior ao de sua vigência. Após a análise e votação, o Congresso Nacional tem até o dia 22 de dezembro para devolver ao Poder Executivo para sanção. Estamos falando de

- a) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) Orçamento Impositivo.
- c) Lei Orçamentária Anual.
- d) Plano Plurianual.
- e) Lei de Responsabilidade Fiscal

79. A lei de diretrizes orçamentárias

- I compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal apenas.
- II estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
- III orientará a elaboração da lei orçamentária anual.
- IV disporá sobre as alterações na legislação tributária estadual
- V estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e IV estão certos.
- b) Apenas os itens II e IV estão certos.
- c) Apenas os itens I, III e V estão certos.
- d) Apenas os itens II, III e V estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

80. Em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 (Lei nº 14.194/2021), assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () O Projeto de Lei Orçamentária de 2022, a respectiva Lei e os créditos adicionais devem discriminar, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas a despesas de pessoal decorrentes da concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração.
- () As proposições legislativas relacionadas ao aumento de gastos com pessoal e encargos sociais devem ser acompanhadas de comprovação de que a medida não impacta a meta de resultado primário estabelecida na própria LDO nem o teto de gastos.
- () As proposições legislativas que reduzam receita da União, estar acompanhada de medida compensatória que anule o efeito da redução da receita no resultado primário, por meio do aumento de receita corrente ou da redução de despesa

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, F e V.
- b) V, V e V.
- c) V, F e F.
- d) F, V e V.
- e) F, F e F.

81. A Lei de Diretrizes Orçamentárias é de iniciativa exclusiva do Poder

- a) Executivo.
- b) Legislativo.
- c) Judiciário.
- d) Executivo e Legislativo.
- e) Legislativo e Judiciário.

82. De acordo com o MCASP, os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. A alternativa que contém apenas princípios orçamentários é:

- a) Oportunidade, Orçamento Bruto, Continuidade e Exclusividade.
- b) Periodicidade, Oportunidade, Exclusividade e Continuidade.
- c) Totalidade, Publicidade, Transparência e Legalidade.
- d) Unidade, Totalidade, Legalidade e Continuidade.
- e) Universalidade, Não vinculação, Exclusividade e Materialidade.

83. A Constituição Federal de 1988, especificamente em seu artigo 165, criou um conjunto de normas complexas para regulamentar o processo orçamentário federal. Quanto a essas normas, assinale a alternativa correta.

- a) Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
- b) Planejamento Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
- c) Planejamento Estratégico, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
- d) Plano Diretor, Lei Orçamentária Anual e Lei Anual Financeira.
- e) Planejamento Anual, Planejamento Estratégico, Plano Diretor

84. A lei de diretrizes orçamentárias tem a finalidade de nortear a elaboração dos orçamentos anuais, compreendidos aqui o orçamento _____, o orçamento de _____ das empresas e o orçamento da _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto:

- a) fiscal - investimento das empresas - seguridade social.
- b) administrativo - financiamentos das empresas - metas fiscais.
- c) fiscal - contingência das empresas - seguridade social.
- d) administrativo - contingência das empresas - metas fiscais.
- e) Administrativo – Investimento das empresas – metas fiscais

85. A partir da Constituição de 1988 passa a ser compulsória a integração entre diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, por meio da Lei

- a) de Diretrizes Orçamentárias.
- b) do Orçamento Anual.
- c) de Responsabilidade Fiscal.
- d) do Plano Plurianual.
- e) do Orçamento Base Zero.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL*Guilherme Sant'Anna*

86. Quando um auditor precisa obter razoável segurança da efetividade operacional dos procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração, inclusive quanto ao seu funcionamento, ele deve programar a realização de:

- a) atividades de monitoramento
- b) correlação das informações
- c) procedimentos de revisão analítica
- d) testes de observância
- e) testes substantivos.

87. A observação direta é uma técnica de coleta de dados ou informações que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. A forma da observação direta em que o pesquisador está mais livre, sem fichas ou listas de registro, havendo ou não o registro formal das informações obtidas, é denominada:

- a) não registrada;
- b) identificada;
- c) não identificada;
- d) sistemática;
- e) assistemática

88. Em geral, os relatórios de auditoria apresentam a opinião do auditor. Quando o relatório é utilizado para transmitir o nível de asseguarção, a opinião deve ser apresentada em um formato padronizado. Assim, quando o auditor for incapaz de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada acerca de certos itens do objeto auditado, que podem ser relevantes e generalizados, ele deve emitir uma opinião:

- a) modificada com ressalva
- b) não modificada
- c) modificada com abstenção de opinião

- d) modificada adversa
- e) não modificada qualificada

89. De acordo com as especificidades do objeto e do escopo do trabalho de auditoria, essa pode ser classificada em diversos tipos. A atividade de auditoria definida como um processo de se avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública é classificada como auditoria:

- a) operacional
- b) de regularidade
- c) de demonstrações contábeis
- d) de compliance
- e) especial

90. Um achado de auditoria deve ser desenvolvido de forma a apresentar uma base sólida às conclusões e às propostas de encaminhamento dos auditores, sendo considerado consistente aquele que:

- a) mereça ser relatado
- b) mostra-se convincente a quem não participou do trabalho
- c) é apresentado de forma objetiva
- d) está devidamente fundamentado por evidências
- e) está relacionado de forma clara e lógica aos objetivos e critérios da auditoria

91. A respeito do uso de amostras para a realização dos trabalhos de auditoria, assinale a alternativa correta.

- a) Ao determinar a extensão de um teste de auditoria ou um método de seleção de itens a serem testados, não poderão ser empregadas técnicas de amostragem.
- b) Ao usar método de amostragem, estatística ou não, deve ser projetada e selecionada uma amostra que possa proporcionar evidência de auditoria suficiente e apropriada.
- c) O nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar está diretamente relacionado ao tamanho da amostra exigido.
- d) O critério de seleção da amostra deverá ser suportado por critério estatístico.
- e) Taxa tolerável de desvio é um valor monetário definido pelo auditor para obter um nível apropriado de segurança de que esse valor monetário não seja excedido pela distorção real na população.

92. Assinale a alternativa que, baseado nas normas de auditoria, indica um dos elementos que compõem o ambiente de controle interno.

- a) Valores de ética e integridade.
- b) Segregação de funções.
- c) Forças e fraquezas.
- d) Riscos e oportunidades.
- e) Novas normas contábeis.

93. Com relação ao plano de auditoria baseado no risco, assinale a opção correta.

- a) Determinar a materialidade é uma questão de julgamento profissional e depende da interpretação do auditor acerca das necessidades dos usuários. Esse julgamento pode se relacionar a um item individual ou a um grupo de itens, tomados em conjunto. A materialidade é muitas vezes considerada em termos de valor, mas também tem aspectos quantitativos, bem como qualitativos.
- b) Quanto maior for a avaliação de risco de distorção relevante, maiores serão os riscos de a detecção a serem tolerados pelo auditor.
- c) Testes substantivos são aplicados para que se obtenha evidências quanto ao funcionamento dos controles da entidade.
- d) No método de seleção sistemático, o auditor seleciona, sistematicamente, e com uso de geradores de números aleatórios, os itens que irão compor a amostra.
- e) A documentação do tipo corrente é aquela perene, utilizada no período corrente e em outros.

94. Nas auditorias, as seguintes técnicas devem ser realizadas pelos auditores governamentais:

I constatação “*in loco*”, que deverá fornecer à equipe a certeza da existência, ou não, do objeto ou item verificado;

II conferir a apuração realizada por terceiros e, fazendo-se necessária a efetivação de apurações próprias, compará-las, ao final, com aquelas apresentadas pelo fiscalizado;

III realizar a confirmação com terceiros de fatos alegados pela entidade fiscalizada;

IV verificar a compatibilidade entre o saldo das contas sintéticas com aqueles das contas analíticas da entidade fiscalizada;

V examinar as transações que geraram lançamentos em contas patrimoniais, partindo-se dos lançamentos contábeis para a identificação dos fatos e documentos que o suportam.

Assinale a opção que apresenta, respectivamente, a denominação correta de cada uma dessas técnicas.

- a) observação; conferência de cálculos; conciliação; circularização; exame documental
- b) observação; conferência de cálculos; circularização; conciliação; exame documental
- c) inspeção física; conferência de cálculos; circularização; conciliação; análise de contas contábeis
- d) inspeção física; conferência de cálculos; conciliação; circularização; análise de contas contábeis
- e) exame documental; conferência de cálculos; circularização; conciliação; análise de contas contábeis

95. Uma das matrizes utilizadas no trabalho de auditoria tem por propósito auxiliar a elaboração conceitual do trabalho e a orientação da equipe na fase de execução. É uma ferramenta que facilita a comunicação de decisões sobre metodologia e auxilia a condução dos trabalhos de campo. Estamos falando da:

- a) matriz de planejamento
- b) matriz de execução
- c) matriz de achados
- d) matriz de responsabilização
- e) matriz de regularidade

96. O processo de obtenção e avaliação das informações compreende a obtenção de informações sobre os assuntos relacionados aos objetivos e ao alcance da Auditoria Interna. A esse respeito, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a informação suficiente é aquela que é factual e convincente, de tal forma que uma pessoa prudente e informada possa entendê-la da mesma forma que o auditor interno
- b) a informação adequada é aquela que, sendo confiável, propicia a melhor evidência alcançável, por meio do uso apropriado das técnicas de Auditoria Interna
- c) a informação relevante é a que dá suporte às conclusões da Auditoria Interna
- d) a informação fidedigna é a que fornece uma base sólida para as recomendações da Auditoria Interna
- e) a informação útil é a que auxilia a entidade a atingir suas metas

97. Nos termos da NBC TI 01, a análise dos riscos da auditoria interna deve ser feita na fase de:

- a) execução dos trabalhos
- b) comunicação dos resultados
- c) monitoramento
- d) retroalimentação
- e) planejamento dos trabalhos

98. A Matriz de Responsabilização deve ser preenchida:

- a) sempre que houver achados que se constituam em impropriedades
- b) sempre que houver achados que se constituam em irregularidades e somente para esses achados
- c) para qualquer tipo de achado
- d) sempre que houver nexo de causalidade entre a conduta e o achado
- e) com as diversas questões de auditoria e, para responder a cada uma, quais as informações requeridas

99. Na auditoria de conformidade, existem dois níveis de asseguração: o primeiro transmite que, na opinião do auditor, o objeto está ou não em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com os critérios estabelecidos. O segundo transmite que nada veio ao conhecimento do auditor para fazê-lo acreditar que o objeto não está em conformidade com os critérios.

Os níveis de asseguração acima comentados são, respectivamente:

- a) positivo e negativo
- b) específico e pontual
- c) de conformidade e operacional
- d) relevante e confiável
- e) razoável e limitada

100. Um Tribunal de Contas recebeu informações, advindas de representantes da sociedade civil, no sentido de que as políticas públicas desenvolvidas por determinado Município eram precárias e não estavam melhorando a qualidade de vida da coletividade. A narrativa não descrevia nenhum ilícito em particular e o Tribunal decidiu se inteirar da realidade desse ente federativo, para definir o objeto da fiscalização a ser realizada.

À luz dessa narrativa, o instrumento de fiscalização a ser utilizado é:

- a) o acompanhamento;
- b) o monitoramento;
- c) o levantamento;
- d) a tomada de contas;
- e) a inspeção.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
